A CRIAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA: PROGRESSOS E CRÍTICA

Edhilson Dantas Alves[1]

Resumo

O Programa Brasil Sem Homofobia (2004), criado no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) sob o mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com vista à efetivação do Plano Plurianual (2004-2007). Teve o intuito de conferir visibilidade mais digna às Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros; objetivos profissionalizantes, inclusivos, promoção dos direitos humanos, além de buscar acabar com a LGBTfobia no Brasil e melhorar o quadro de saúde com a diminuição da contaminação de DSTs - crescente, segundo o estudo de Regina Facchini (2005). Com intensos diálogos entre a Sociedade Civil Organizada e órgão governamentais, o êxito em sua criação se obteve apenas após anos de um Movimento LGBT no Brasil iniciado décadas atrás que foi se consolidando politicamente de forma gradual. Dessa forma, no presente artigo, será discutido esses aspectos e características tão individuais à política brasileira quanto ao tema LGBT.

Palavras-chave: Brasil Sem Homofobia; LGBT; Sociedade Civil; Políticas Públicas.

Abstract

The Program Brazil Without Homophobia was released by the Special Secretary of the Human Rights, having in view the effectuation of the Pluriannual

[1]Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Plan (2004-2007). It aimed to guarantee more value and visibility to Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite, Transsexual and Transgender people; professionalizing and inclusive objectives, promoting human rights, besides aiming to stop LGBT-phobia in Brazil and improving the health scenario by reducing the number of STD cases, which were increasing, according to studies of Regina Facchini (2005).

After intense conversation between Organized Civil Society and governmental organs, the program only succeeded years after the Brazilian LGBT Movement, which was started decades ago and has gradually been consolidated. Therefore, in this article we will discuss aspects and characteristics that are very particular to Brazilian politics and to the LGBT subject.

Keywords: Brazil Without Homophobia; LGBT; Civil society; Public policy.

O Programa Brasil Sem Homofobia (2004) resultou de Política Pública criada com grandes avanços e lutas do Movimento LGBT somadas **às** medidas que vieram sendo desenvolvidas nos anos anteriores a criação, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso[2] - ou seja a luta partiu dos oprimidos escalando-se nessa verticalização, não de cima para baixo. Esse período de 1990 a 2000 é reconhecido por um momento em que houve um desenvolvimento de políticas públicas em nível federal, principalmente com a chegada dos Partido dos Trabalhadores ao poder e o fortalecimento de conselhos e conferências, e uma diversidade de outros tipos de arranjos participativos que envolveram movimentos sociais, assumiram um papel destacado na conquista de novas políticas públicas de garantia de direitos (Albuquerque, 2019, p. 211), não somente na formulação das políticas, mas também na sua implementação (Abers, 2019). Como escreve Euzeneia Carlos (2019, p. 123), são essas relações sócio-estatais geram os processos de "conflito, aprendizagem e cooperação", pois "constituem novas capacidades estatais, mas também novos repertórios para os próprios atores sociais".

Criado em 2004, com seus 10 (dez) itens[3] de ações que abrangem questões políticas e sociais visando o combate à homofobia, no primeiro mandato

[2]Fernando Henrique Cardoso foi o 34º presidente brasileiro, tendo governado pelo partido de oposição ao PT, Partido Social Democrata Brasileiro. Conhecido popularmente por FHC, é político, sociólogo, professor universitário e escritor.
[3]Neste trabalho, o foco permanecerá em alguns destes itens.

de governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva[4]. "O BSH é o marco brasileiro da inclusão na perspectiva de não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e de promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT como pauta das políticas públicas e estratégias do governo a serem implantadas transversalmente (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias".

- A inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias.
- A produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o Governo Brasileiro inclua o recorte de orientação sexual e o segmento GLTB em pesquisas nacionais a serem realizadas por instâncias governamentais da administração pública direta e indireta.
- A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira (SARAIVA, 2017, p. 89).

Após 20 (vinte) anos do fim da ditadura civil-militar, nota-se a existência de um problema social que aparentemente se perpetuou através dos anos, pois a empregabilidade LGBTQ+ já possuía então níveis baixos e alarmantes que serviu

[4]Lula é o primeiro operário a instalar-se como inquilino no Palácio do Alvorada. Seus dois governos são marcados principalmente pela implementação bem sucedida de programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, e de acesso dos mais pobres a linhas de crédito, salários mais altos, geração de empregos e melhor qualidade de vida em educação (Prouni, 14 universidades criadas...), moradia (Minha casa, minha vida), infra-estrutura e saneamento (Luz para Todos, Programa de Aceleração do Crescimento) e outros. A relação do governo com a população ganha uma outra qualidade, com a realização de mais de 70 conferências nacionais e a abertura sistemática do Palácio do Planalto a diferentes grupos da sociedade civil organizada. Reeleito para um segundo mandato, Lula realiza o feito inédito de eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, e chega ao final do governo com recorde de popularidade: sua administração é aprovada por 87% da população em dezembro de 2010, diz o Ibope. As estatísticas de desemprego e de famílias abaixo da linha de pobreza são as menores desde o início dessas medições. Fonte: http://www.institutolula.org/biografia

de bode expiatório para o governo autoritário aprisionar pessoas na "vadiagem". Este levantamento se concretiza ao percebermos que, de acordo com a pesquisa realizada pela **Elancers**[5], 1 (uma) em cada 5 (cinco) empresas não contrataria homossexuais para determinados cargos.

- VII – Direito ao Trabalho: garantindo uma política de acesso e de promoção da não-discriminação por orientação sexual
- Articular, em parceria com o Ministério Público do Trabalho, a implementação de políticas de combate à discriminação a gays, lésbicas e travestis no ambiente de trabalho.
- Apoiar e fortalecer a rede de Núcleos de Combate à Discriminação no Ambiente de Trabalho das Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho e Emprego.
- Ampliar a articulação com o Ministério do Trabalho, na implementação de políticas de combate à discriminação no ambiente de trabalho, incluindo nos programas de políticas afirmativas existentes, como GRPE (Gênero, Raça, Pobreza e Emprego) e da fiscalização do trabalho, o combate à discriminação de gays, lésbicas e travestis, bem como de políticas de acesso ao emprego, trabalho e renda.
- Desenvolver, em parceria com o Ministério do Trabalho, programa de sensibilização de gestores públicos sobre a importância da qualificação profissional de gays, lésbicas e travestis, nos diversos segmentos do mundo do trabalho, contribuindo para a erradicação da discriminação. (BRASIL, Ministério da Saúde, p. 24, 2004).

Há um disparate, portanto, dentro da criação do documento do Programa; afinal, se existe uma recorrente situação em que não foi e não será sanada a menos que haja um investimento em política pública que tenha como um dos princípios principais o problema do mercado de trabalho em sua relação com a população LGBTQ+. De que maneira apenas 4 (quatro) tópicos sobre o trabalho, amplos e rasos, poderiam trazer resoluções de complexidade? Observa-se o emprego de "articular"/ "apoiar"/"ampliar"/"desenvolver" mas não há nenhuma

[5] "Quando 11% dizem que não contratariam homossexuais para determinados cargos, eles se referem essencialmente a cargos executivos que, via de regra, representam a empresa em público. Somados aos 7% que dizem que não contratariam homossexuais de modo algum, temos um cenário onde quase um quinto das empresas não contrataria homossexuais no Brasil", diz Cezar Tegon, presidente da Elancers. G1. (13 de 05 de 2015). Fonte: http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2015/05/1-em-cada-5-empresas-nao-contratariam-homossexuais-diz-estudo.html

informações quaisquer de como se agirá para atingir os objetivos, deixando em aberto as reais ações que acontecerão futuramente – até mesmo porque não se cobrará o que não foi de fato escrito dentro do BSH e a forma vaga permitiria que ações de natureza próxima mas não eficaz possa entrar como justificativa em cobranças da sociedade civil organizada[6]. Por outro lado[7] ––, ainda que frágil e ter questões em aberto, a criação e existência de um plano de desenvolvimento de um Programa Nacional de combate à violência homofóbica com a participação da sociedade civil é de fato uma conquista revolucionária. A participação é intencionalmente ressaltada – e divulgada como bem-sucedida – em diversos momentos das 32 (trinta e duas) páginas do programa e contrapõe-se nitidamente ao que era exercido durante a ditadura de 1964.

> O Programa "Brasil sem Homofobia" é uma articulação bem sucedida entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada, que durante aproximadamente seis meses se dedicou a um trabalho intenso, fundamental para o alcance do resultado apresentado nesta publicação. Quero manifestar o nosso agradecimento ao esforço de todos os militantes e à Janaína[8], que na sua

[6]A sociedade civil organizada é vista como parceira permanente na Participação Cidadã. A chamada "comunidade" é tratada como um sujeito ativo, e não como coadjuvante de programas definidos de cima para baixo. A participação passa a ser concebida como uma intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo circuito de formulação e implementação de uma política pública. Para que venha a ocorrer a Participação Cidadã, os sujeitos de uma localidade/comunidade precisam estar organizados/mobilizados de uma forma que, ideários múltiplos fragmentados possam ser articulados. Uma sociedade civil participativa, autônoma, com seus direitos de cidadania conquistados, respeitados, e exercidos em várias dimensões, exige também vontade política dos governantes, principalmente daqueles que foram eleitos como representantes do povo, pois se trata de uma tarefa que não é apenas dos cidadãos isolados. Na luta pela igualdade, a sociedade deve se organizar politicamente para acabar com as distorções do mercado (e não apenas corrigir suas iniquidades), lutar para coibir os desmandos dos políticos e administradores inescrupulosos. A exigência de uma democracia participativa deve combinar lutas sociais com lutas institucionais e a área da educação é um grande espaço para essas ações, via a participação em conselhos, fóruns e, no novo século, em conferências nacionais (GOHN, 2013)

[7]Adendo necessário que deve ser levado em conta durante toda a crítica e debate sobre a formulação do BSH neste trabalho de pesquisa.

8 (Referência de explicação minha) Janaina foi uma travesti com uma personalidade muito importante que teve sua memória celebrada com uma breve bibliografia no documento do Programa, tendo falecido meses antes do lançamento com câncer no pulmão. Ativista, filiada à OAB, vice-presidente do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAAB) e ocupou como suplente o cargo de Secretária de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros, sendo Presidenta da ANTRA, Associação Nacional de Transgêneros, e membro do Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

> passagem pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação deixou um testemunho de coragem e dignidade (Ibidem).

As ações políticas homossexuais se tornaram mais concretas e originaram o Movimento LGBTQ+ Brasileiro em um novo pico de autoritarismo da história brasileira, porém, logo chegou um novo episódio que certamente mexera com todas as estruturas do aspecto político-social: a *AIDS*[9]. Um grande estigma foi deixado no Movimento, ocasionado pela incompreensão desta nova doença recém descoberta nos Estados Unidos da América e que estava deixando os "aidéticos"[10] debilitados rapidamente, uma vez que, diferente de hoje em dia, há tratamentos[11] que permitem as pessoas soropositivas a viverem de forma perfeitamente normal como qualquer outra pessoa soronegativa.

Percebe-se dois fenômenos neste cenário:

Primeiramente, e neste momento não há surpresa: a epidemia que surge a partir do contágio do vírus do HIV[12], caracterizada como doença sexualmente transmissível, reforçou a ideia de que a AIDS seria um castigo ao sexo; mas não qualquer relação sexual, como foi rapidamente associada à relação entre duas pessoas do mesmo sexo, a punição era para os que não realizavam o sexo tradicional (heterossexual). A "peste gay". Esta suposição se emplacou entre os próprios LGBTs naquele momento, enfraquecendo o MHB. Contudo, diferente do que ocorre entre os estadunidenses, o Estado brasileiro em redemocratização se aproxima desta população de risco e do Movimento.

9 "Aids, ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, é uma doença infecto-contagiosa causada pelo vírus HIV (Human Immunodeficiency Virus), que leva à perda progressiva da imunidade. A doença – na verdade uma síndrome – caracteriza-se por um conjunto de sinais e sintomas advindos da queda da taxa dos linfócitos CD4, células muito importantes na defesa imunológica do organismo. Quanto mais a moléstia progride, mais compromete o sistema imunológico e, consequentemente, a capacidade de o portador defender-se de infecções." Bruna, M. H. (s.d.). Fonte: DRAUZIO: https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/aids/

10 O termo em si não possui denotação pejorativa, mas pode adquirir uma conotação ao ser usado de maneira ofensiva para se referir à pessoa infectada.

11 Além de formas de prevenção como a camisinha, existe a "PrEP, a Profilaxia Pré-Exposição ao HIV. Significa tomar medicamento anti-HIV de forma programada para evitar uma infecção pelo HIV caso ocorra uma exposição. É um novo método de prevenção ao HIV que está sendo disponibilizado no Sistema Único de Saúde (SUS)." E "A PEP é uma medida de prevenção de urgência à infecção pelo HIV, hepatites virais e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), que consiste no uso de medicamentos para reduzir o risco de adquirir essas infecções. Deve ser utilizada após qualquer situação em que exista risco de contágio [...]."

12 É possível contrair o vírus HIV e não desenvolver a AIDS.

> Em São Paulo, a chegada ao poder do PMDB, sob o comando de Franco Montoro, coincidiu com as primeiras mortes por AIDS registradas no Brasil. Isso proporcionou o surgimento de um novo tipo de atuação dos antigos militantes ou simpatizantes do movimento homossexual. Constatando uma disposição do novo governo de dialogar com a sociedade e de buscar caminhos para uma atuação inovadora, intelectuais homossexuais convenceram as autoridades a instalar o primeiro programa do Brasil de atendimento a AIDS. Simultaneamente, fundou-se a primeira ONG/AIDS, o Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS de São Paulo (Gana).
>
> Os antigos militantes encontravam-se agora numa posição inusitada, porque um dos grandes temas do movimento homossexual sempre fora o questionamento do discurso médico por rotular a homossexualidade como patogênica e assim respaldar muitas das ações contra os homossexuais. Mas agora precisavam pedir o auxílio dos médicos e, pouco tempo depois, quando as ideias de sexo seguro começaram a se afirmar, foram esses antigos militantes que passaram a divulgar essas noções. (MACRAE, Edward, pag. 241-242;

Este trecho acima, escrito por Edward MacRae[13], traz aspectos essenciais dentro da transformação que ocorreram no cenário brasileiro. São Paulo novamente traz um pontapé inicial, porém em um aspecto negativo, que foram as primeiras mortes causadas pela epidemia; mas essas mortes, no entanto, fortaleceram o novo tipo de atuação dos militantes do Movimento que estava enfraquecido, buscando dialogar com as autoridades do governo. Podemos desdobrar e desenvolver algumas reflexões sobre dois pontos:

Após os períodos de ditadura militar na América Latina, os Estados Nações iniciaram uma tentativa de manter as ações obrigatórias do Estado ocorrendo

[13]Nasceu em 1946, em São Paulo, filho de pai escocês e mãe brasileira. Foi criado na Grã-Bretanha onde se formou em Psicologia Social pela Universidade de Sussex e recebeu o grau de Mestre em Sociologia da América Latina pela Universidade de Essex. De volta ao Brasil, estudou antropologia na Unicamp e na USP onde se doutorou em 1986 com a tese "O Militante Homossexual no Brasil da Abertura".

devidamente a partir da teoria *accountability*[14] – conjunto de mecanismos cujo o propósito é garantir que o representante governamental permaneça agindo com transparência de seus gastos com a conta pública, bem como o andamento das políticas do seu governo. Este objetivo ainda não vem obtendo êxito na sociedade latina, uma vez que por mais que haja a presença destes mecanismos, não é tão visualmente praticado – diferente do que o autor Cleyton Feitosa (2017) escreve em sua obra, não está enraizado culturalmente entre os brasileiros, por mais que haja a tentativa; pois a teoria vai além de ter como sua execução, há de ter uma iniciativa de enraizamento cultural da busca por estas clarezas políticas. Este dispositivo da **democracia participativa** poderia trazer benefícios para a garantia de criações de políticas públicas LGBTs.

> [...] accountability, que tem sido exercitado sob a forma de três modelos na América Latina: (i) Nos processos fiscalizatórios empreendidos pelas organizações da sociedade civil sobre os recursos, aplicações financeiras e atos do Estado (como a criação de Observatórios, por exemplo); (ii) mediante a criação de novas instituições no aparato do Estado, que tem como função garantir o direito à informação e (iii) por meio de reformas internas do Estado, que tem provido agencias e órgãos de controle internos do próprio Estado que atuam coo entidades autônomas. A noção de heterogeneidade do Estado ajuda a explicar a variação do grau de autonomia e intervenção que cada agência dessa natureza tem exercido nos países da América Latina (FEITOSA, C., 2017, p.49).

Em uma definição mais detalhada:

> Em síntese, entendemos *accountability societal* como fiscalização e controle intencional feito por atores institucionais, associações de cidadãos e usuários de serviços públicos, organizações da sociedade civil (podendo aí incluir os conselhos) e aparatos midiáticos sobre violações legais cometidas por agentes públicos/burocratas, bem como o monitoramento, controle e sanção de

[14]O **Centro de Cidadania LGBTI Edson Neris,** trabalhado no próximo capítulo, localiza-se em Santo Amaro, na Zona Sul de São Paulo, trata-se de uma das formas de *accountability*, pois tem como um dos seus objetivos assegurar os direitos humanos a população LGBT. Sua criação segue um dos tópicos das metas propostas do Programa Brasil Sem Homofobia.

> divergências políticas, portanto, *accountability* envolve responsabilização política (incluindo desempenho) e não somente jurídico-legal. Os agentes de *accountability* não são apenas aqueles com poder legal de impor sanções, mas também aqueles que podem exigir prestação de contas e justificações das ações de agentes públicos e burocratas. Todos podem trabalhar em conjunto para zelar pelo funcionamento ótimo da administração pública. Esta concepção de *accountability societal,* na leitura de Ricardo Ceneviva, teria amparo de teóricos como Elster, Przeworski, Samuel Paul, Abrucio, Loureiro e Manwarning.

> Quando diversas organizações do movimento LGBT, por exemplo, denunciam agentes públicos e burocratas por suas condutas homofóbicas, expondo-os como violadores dos direitos humanos, essas organizações estão exercendo o *accountability societal,* e contribuindo para um melhor funcionamento (menos discriminatório) da gestão pública. Da mesma maneira, as pressões coletivas (mídia, partidos, associações, etc.) pela continuidade da Operação Lava Jato, depois do impeachment de Dilma Rousseff em 2016, colocando membros do Governo de Michel Temer em situação constrangedora, são também exemplos de *accountability societal* (SARAIVA, M. S., 2017, p.55).

A recém consolidada democracia brasileira pós período da ditadura civil-militar possuiu dificuldades em se estabilizar totalmente e englobar as diversidades que vivem dentro da sociedade brasileira, entre elas, de gênero e sexualidade; a democracia, destaco, não se reduz à vontade ou decisão do maior número de pessoas, em contraposição à concepção rousseuaniana – pode não incluir a diversidade e resultar em sistemas autoritários, heteropatriarcais e racistas.

> Na visão rousseauniana de democracia, a deliberação é a decisão da maioria, ou seja, das ideias hegemônicas em determinado momento histórico. Esta concepção de democracia vem sendo questionada [...]. no campo da teoria democrática como um mecanismo que envolve discussão e avaliação, levando em consideração a diversidade de visões de mundo e os diversos aspectos que envolvem uma determinada questão.

> A. Thouraine, J. Habermas e G. Cohen apoiam esse sentido argumentativo da deliberação, que muito antes, já havia sido intuído por Wever (1919) quando o mesmo defendeu que as formas complexas de administração exigem participação e argumentação, apontando para um conceito mais argumentativo de deliberação do que o decisionístico (SARAIVA, M. S., 2017, p.49).

O Brasil enfim olhou para população LGBT, pois era necessário abordar a homossexualidade por uma questão de saúde pública que, como sabemos, não envolve apenas homossexuais. Sendo discutida pela primeira vez como discriminatória apenas no final do século XX, em um fórum das Nações Unidas durante a Conferência Mundial de Pequim (1995) pela Delegação da Suécia, a homofobia fora abordada no Brasil, segundo Cléber Gois (2003, apud, IRINEU; Bruna, 2014, p. 03), na década de 1980, porém apenas pelo vínculo com a propagação de doenças sexualmente transmissíveis e principalmente a contaminação do vírus do HIV – ou seja, era necessário falar sobre diversidade sexual apenas por estar dentro do contexto de saúde pública. No período de redemocratização, marcado por uma transição de abertura política que possibilitou o ganho de volume dos movimentos sociais e organização da sociedade civil, procurou-se recuperar, com muita luta, o que se perdera em direitos durante as duas décadas de regime autoritário.

> Nesse cenário, a primeira conquista significativa e de alcance nacional do movimento LGBT brasileiro ocorreu em 1985 e decorre de decisão do Conselho Federal de Medicina (CFM), que deixou de definir a homossexualidade como patologia, como ocorria até então nos termos prevalecentes na Classificação Internacional de Doenças (CID), elaborada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A própria OMS passou a ter o mesmo entendimento a partir de 17 de maio de 1990, data que se tornou marco histórico a ponto de este dia ser hoje internacionalmente reconhecido como Dia Mundial de Combate à Homofobia. Esse marco foi recentemente também referendado pelo governo federal, que, a partir de demanda do movimento LGBT, instituiu, por meio de Decreto Presidencial de 4 de junho de 2010, o dia 17 de maio como Dia Nacional de Combate à Homofobia[15].

[15]MELLO, Luiz et al. Questões lgbt em debate sobre desafios e conquistas. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/20680/12331>. Acesso em: 02 abr. 2018.

A *Aids* não teve sua cura descoberta e, ainda que em 2003 tenha completado 20 anos da resposta brasileira de combate ao vírus, havia cerca de 20 a 22 mil novos casos por ano; foi então necessário ampliar o desenvolvimento de políticas públicas que agissem de maneira que se pudesse controlar a taxa de transmissão do vírus causador. Nesse ano foi publicado pelo Diretor do Programa Nacional de DST/Aids[16], Alexandre Granjeiro[17], um panorama de do que foi a trajetória até o momento e a trajetória a se traçar nos anos seguintes, como: (i) Melhorar a assistência no interior do país; (ii) Ampliar o acesso ao preservativo, interferindo o menos possível na sexualidade da população e buscando a iniciativa privada para aumentar a rede de distribuição – e realizá-la em locais estratégico como escolas, postos de saúde, restaurantes, bares, etc. A meta para 2006, era alcançar 1,2 bilhão de unidades/ano. Para isso, foi aberta uma fábrica no Acre que permitiu a diminuição dos custos dos preservativos. Em 1994 foram consumidas 152 milhões de camisinhas durante o ano e em 2003 este número alcançou 700 milhões. Esse avanço se deu pela distribuição gratuita via "Projeto Preservativo" e a sua segunda fase, o "Preservativo de Baixo Custo"; (iii) O Brasil buscou se aliou a outros países, Tailândia, China, Índia e África do Sul, para obter avanços tecnológicos e criar independência dos países ricos, seguindo recomendações da Organização Mundial da Saúde; (iv) Quebra de tabus e preconceitos com articulações com o serviço de saúde e sociedade civil; (v) Realizar ações específicas para cada grupo de maneira que seja possível entender e focar nas especificidades que adolescentes, mulheres, homossexuais – o documento ressalta o foco na diversidade sexual e que também há a inclusão de travestis e profissionais do sexo;

Novamente podemos realizar a conexão com o **Programa Brasil Sem Homofobia**, pois esse documento foi lançado no dia anterior ao do Programa, transparecendo que há uma nova fase se formulando. Contudo, novamente o documento parece ser um pouco vazio a respeito deste tópico de saúde, registrado em seu 6º item "Direito à Saúde: consolidando um atendimento e tratamentos igualitários", tópicos e subtópicos referentes ao investimento que será realizado na área. Creio que isso ocorre para não assustar a camada mais conservadora, já que o plano traz "Homofobia" em seu nome, deixando claro que se trata de uma

16 **AIDS, 20 ANOS DEPOIS: Os desafios do Brasil para próxima década.** S.l, 22 maio 2004. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2004/resposta-2004>. Acesso em: 02 abr. 2019.

[17]Possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992). Atualmente é pesquisador da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: política de saúde, organização de serviços de saúde, política de DST e aids, propriedade intelectual e acesso a medicamentos.

política pública voltada para a população LGBT. Desta maneira, seria possível realizar oposição consciente e inteligente ao "holding conservador-fundamentalista", onde, especialmente no Brasil, é possível observar a política e a religião próximas uma da outra, comprometendo a laicidade do Estado.

- Formalizar o Comitê Técnico "Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais", do Ministério da Saúde, que tem como objetivo a estruturação de uma Política Nacional de Saúde para essa população. A agenda de trabalho desse Comitê considerará, entre outras, as propostas apresentadas pelo movimento homossexual, em que se destacam: i) atenção especial à saúde da mulher lésbica em todas as fases da vida; ii) atenção a homossexuais vítimas de violência, incluindo a violência sexual; iii) atenção a saúde dos homossexuais privados de liberdade; iv) promoção da saúde por meio de ações educativas voltadas a população GLTB, v) estabelecimento de parceria e participação de usuários GLTB e do movimento organizado na definição de políticas de saúde específicas para essa população; vi) discussão com vista na atualização dos protocolos relacionados às cirurgias de adequação sexual; vii) atenção à saúde mental da população.
- Apoiar a implementação de condições para produção e acesso ao conhecimento científico sobre saúde e sobre outros aspectos da população GLTB por meio de: Desenvolvimento de estratégias para a elaboração e execução de estudos que permitam obter indicadores das condições sociais e de saúde da população GLTB; Implementação de Centros de Informação (observatórios) que possam gerenciar estudos de saúde sobre e para a população GLTB com capacidade de processamento, análise e divulgação de informações desta natureza; Estabelecimento de canais de divulgação das informações científicas de saúde existentes e produzidas; Estabelecimento de um canal com função de Ouvidoria, por meio do Disque-Saúde do MS, para recebimento e encaminhamento de denúncias sobre situações de discriminação ocorridas na rede de saúde.
- Apoiar os investimentos na formação, capacitação, sensibilização e promoção de mudanças de atitudes de profissionais de saúde no atendimento à população GLTB, procurando garantir acesso igualitário pelo respeito à diferença da orientação sexual e do entendi-

> mento e acolhimento das especificidades de saúde desta população. (BRASIL, Ministério da Saúde, p. 23-24, 2004)

Todavia, diferente do tópico referente à **violência,** no que se aborda a saúde é perceptível uma estruturação um pouco mais detalhada de suas ações prioritárias a serem desenvolvidas nos próximos anos; e altera o esquema de dizer onde agirá, porém de que maneira será realizado. Por exemplo, "Formalizar o comitê técnico", diz as alterações a serem produzida com a finalidade de agilizar a formalização do comitê e quais serão as diferenças do que se existe até então. Quando utiliza os verbos "Apoiar" e "Formalizar", agora especifica o que é este apoio e formalização logo no próprio tópico.

Questiono, no entanto, a utilização da sigla "GLTB" repetidamente, gera uma contradição da narrativa que chega aos leitores, já que a utilização do "G" na frente reforça um movimento dominado por homens cisgêneros[18] homossexuais e o documento tenta logo de início fazer a homenagem à Janaína e depois reforça como agirá para melhorar a imagem da letra "T" travestis[19], transexuais[20] e transgêneros[21].

[18]Segundo cartilha do MPF, cisgêneros são as pessoas que têm uma identidade de gênero correspondente ao sexo biológico. Um homem é cisgênero se seu sexo biológico e sua identidade de gênero forem masculinas, independentemente de sua orientação sexual. Portanto, há homens e mulheres cisgêneros homossexuais, heterossexuais e bissexuais. Fonte: https://www.bol.uol.com.br/noticias/2018/01/03/transgeneros.htm

[19]são travestis as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um "não gênero". Segundo cartilha do MPF, é importante ressaltar que travestis, independentemente de como se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino, considerando insultuoso serem adjetivadas no masculino. (Ibidem)

[20]Transexuais: "Uma das possibilidades dentro da transgeneralidade", explica Mori. De acordo com ele, acontece quando o indivíduo não se identifica com o sexo biológico: a pessoa nasceu com a "cabeça de mulher em um corpo masculino" (ou vice-versa). "Quando alguém não se reconhece como sendo do gênero que coincide com o sexo biológico, o cidadão tem a oportunidade de trocar de nome e gênero, utilizar hormônios e até realizar uma cirurgia para adequação do gênero, sempre com aconselhamento médico", completa o psiquiatra. (Ibidem)

[21]O transgênero, portanto, não é definido pela orientação sexual, e sim por sua identificação com um determinado gênero. Dessa forma, o transgênero pode ter qualquer uma das orientações sexuais citadas no tópico anterior: O transgênero heterossexual sente-se atraído por uma pessoa de gênero diferente ao que ele se identifica (por exemplo, uma mulher transgênero, que nasceu com sexo biológico masculino, mas se identifica com a identidade feminina, sente atração por homens). O transgênero bissexual sente-se atraído por ambos os gêneros (por exemplo, uma mulher transgênero sente atração por homens e mulheres). O transgênero homossexual sente-se atraído por uma pessoa com o mesmo gênero. (Ibidem)

A adolescência das travestis
''Geralmente, quando ainda estão cursando o ensino fundamental, por volta dos 13 ou 14 anos, as jovens travestis começam os processos de hormonização, depois vem a siliconização e o preconceito. A família, principalmente no Nordeste, não aceita e o garoto é expulso de casa. O único meio de vida é a prostituição. Costumo comparar a travesti a uma ilha, só que ao invés de estar cercada de água por todos os lados está cercada pela violência."

Sobre a necessidade de profissionalização das travestis
"Nossa meta é melhorar a qualidade de vida das travestis. A cidadania e a busca do conhecimento são alternativas à prostituição. A prostituição um dia acaba, não é para a vida toda. Defendo uma política de cotas que garantam participação das travestis no mercado de trabalho, além de políticas públicas que obriguem as escolas a ensinar o respeito à diversidade"

Melhorando a imagem das transgêneros
"As travestis sempre foram vistas como "bagaceiras", perigosas. Esta recente campanha do Ministério da Saúde pela cidadania das travestis e transexuais ajudará a quebrar o preconceito e a passar mensagem de respeito e auto-estima". Figura meiga e dinâmica, Janaína, com sua longa cabeleira, protótipo da Rainha do Mar, era muita bem quista pelos militantes do movimento homossexual brasileiro, que pranteiam sua partida tão prematura. O exemplo de luta de Janaína estará permanente em nossa memória (BRASIL, Ministério da Saúde, p. 8-9, 2004).

Tais elementos constroem esta política que busca agir na inclusão de mulheres dentro do protagonismo historicamente dominado pelo sexo masculino. O Programa pontua uma série de ações que agirão buscando transformar essa verticalização social desde a base educacional até conferir dentro da própria esfera governamental ao garantir a construção da transversalidade de gênero nas políticas governamentais com a inclusão de orientação sexual, marcando esta interseccionalidade no que se diz a orientação sexual e gênero. Os objetivos mencionados neste tópico refletem, no entanto, como há um dispare social que tornam necessárias as realizações de apoio às demandas que já se estão obsoletas ao se tratar do sexo masculino.

Pode se observar que o Programa se endossa dentro de um espectro da interseccionalidade ainda que, possivelmente, por se tratar de um conceito recente pouco trabalhado até hoje no Brasil, e principalmente na década passada, não houvesse uma ciência em sua criação de que estavam entrando neste campo teórico. Como escreve Helena Hirata (2014), o uso deste termo foi usado pela primeira vez por Kimberlé W. Crenshaw (1989), jurista afro-americana, onde para ela a interseccionalidade é a interdependência das relações de raça, sexo e classe. Já Patricia Hills Collins e Sirma Bilge (2016), por outro lado, abordam de uma forma mais ampla, descrevendo como a interseccionalidade está relacionada com diversos outros aspectos que tangem este trabalho como violência, política, direitos humanos, ativismo, educação etc. (CUNHA DE OLIVEIRA; MIRANDA DE SOUZA, 2017). Hill Collins (2006) explica como a interseccionalidade se relaciona com a matriz de dominação e as opressões se juntam, como quando cita a "black woman", a mulher negra que acumula em si as opressões de raça e gênero.

Não posso deixar de inferir então que, não apenas reduzindo ao "acúmulo de opressões", mas LGBTs **têm graus de opressões diferenciados que variam de acordo com a cor da pele, sexo, gênero e classe social. Todavia, o Programa não se recua ao entender que suas ramificações devem** abranger, incluir e ter uma projeção diferenciada à diversidade que deverá atender. Ainda atualmente, podemos observar avanços que se sucederam **à criação do Programa Brasil Sem Homofobia, o marcando como grande pioneir**o destas conquistas que vemos ano após ano.

RECEBIDO em 15 de junho de 2020
APROVADO em 20 de agosto de 2020

Referências

_____. **Programa Brasil Sem Homofobia.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

ARRUDA, Roldão. **Dilma quer lançar logo plano de combate à homofobia**. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/dilma-quer-lancar-logo-plano-de-combate-a-homofobia/>. Acesso em: 27 ago. 2017.

BAHIA, Grupo gay da. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil:** relatório 2013/2014 (2013), In: <https:homofobiamata.files.wordpress.com/2014/03/relatc3b3rio-homocidios-2013.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BUSIN, Valéria Melki. **Homossexualidade, religião e gênero: a influência do catolicismo na construção da auto-imagem de gays e lésbicas.** 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp074515.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

CENSO 2010: Piauí continua sendo o Estado mais católico do Brasil. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/106436/censo-2010-piaui-continua-sendo-o-estado-mais-catolico-do-brasil>. Acesso em: 24 abr. 2018.

CRUZ, Heloisa de Faria e PEIXOTO, Maria do R. C. - **"Na oficina do historiador. Conversas sobre história e imprensa"** in Projeto História. Nº 35. São Paulo: EDUC, 12/2007, p. 255-272

FACCHINI, Regina. **Histórico da luta de LGBT no Brasil.** Cadernos Temáticos- dossiê - Psicologia e diversidade sexual, nº 11, Conselho regional de Psicologia social. Ppp.10 -20. 2011. In: FACCHINI, Regina. Histórico da luta de LGBT no Brasil. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx>. Acesso em: 20 nov. 2017.

FEITOSA, Cleyton. **Políticas Públicas LGBT e Construção Democrática no Brasil.** 2017. ed. Curitiba: Appris, 2017. 272 p.

GREEN, James. **Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Unesp, 1999.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Org.). **Homofobia & Educação: Um desafio ao silêncio.** Brasília: Letras Livres, 2009. 196 p.

LUCA, T. R. de - **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

MARTINS, Ana Luiza, e LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

MELLO, Luiz; GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula. **A Escola e @s Filh@s de Lésbica e Gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil.** In: JUNQUEIRA, JUNQUEIRA, ROGÉRIO DINIZ (Org.). **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2009.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. 72 p.

VANNUCHI, Paulo. **DECRETO Nº 7.388, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7388-9-dezembro-2010-609641-publicacaooriginal-130956-pe.html>. Acesso em: 02 abr. 2017.

VIEIRA, Tereza Rodrigues (Org.). **Minorias Sexuais: Direitos e preconceitos.** Brasília: Consulex, 2012. 420 p.